

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Depoimento gravado no dia 7 de junho de 2017 por Caroline Cunha Rodrigues que está entrevistando Afranio Oliveira e Silva.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Então, eu nasci em Uberaba em 1942, no dia 10 de setembro, estudei, na época, o primário, o curso secundário e, posteriormente, ingressei Faculdade de Direito no Triângulo Mineiro, formei em 1975. Me escrevi como estagiário nesse mesmo período, depois eu fiz exame na Ordem e comecei a advogar em 76. A princípio eu advoguei em Goiânia, por um período curto, e depois advoguei em São Paulo, também por um período curtíssimo, e depois disso eu fiquei um tempo em Uberaba e quando foi no final de 77, 1977 eu fui convidado pela Fetaemg para vir trabalhar no Norte de Minas, dar uma assistência jurídica para os trabalhadores rurais do Norte de Minas. Cheguei aqui no final de 77, começo de 78, e a gente... A princípio eu fui para Januária, porque lá estava um período mais conturbado, mais complicado, né. Fiquei lá uns dois dias só, porque, na verdade, eu ficaria localizado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco em razão de o presidente do sindicato, que é Marcelinho, ter ido lá em Belo Horizonte e reivindicado para o sindicato que a Fetaemg contratasse um advogado, porque lá em São Francisco ele não estava conseguindo fazer com que as ameaças, as violências, né, resolvesse. Apesar de que o sindicato tinha contratado um advogado lá da cidade, mas em razão de esse advogado ser da cidade, ele tinha relações com o grupo, com a cidade, com fazendeiro, com o prefeito, com vereadores. Então, a assistência que ele prestava aos sindicatos, era uma assistência, assim, muito precária. Alguns processos ele encaminhava de forma mais ou menos, outros quando eram pessoas de poder ele deixava, e tal, aquela coisa toda. Em razão disso, o presidente achou por bem de que... Por sinal o Marcelino, ele é uma pessoa, assim, bastante... Que tinha uma compreensão dessa violência toda e que, a princípio, seria um advogado para ajudar a encaminhar essa situação. E fui eu que apareci lá em São Francisco. Em São Francisco foi já em janeiro de 78, parece, e assim nós iniciamos o trabalho. Então, esse é o começo da minha história.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Da sua trajetória.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: É, no Norte de Minas.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Através da Fetaemg.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Da Fetaemg.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Uhum. Então vamos começar a falar de forma geral no que consistia as ações da Fetaemg de Assessoria Jurídica?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Então, a Fetaemg achava de que essa questão de assistência jurídica, que é uma obrigação do movimento sindical prestar aos trabalhadores, mas como o

sindicato não tinha estrutura, não podia contratar, então a FETAEMG iniciou esse processo de contratar vários advogados para prestar assistência em Minas Gerais, de uma forma geral. E então aqui no Norte de Minas é, principalmente a questão agrária, que estava afetando demais os trabalhadores, principalmente áreas de parceiros. Outras áreas, mas menos como arrendatário, merreiro, assalariado, é uma área mais ou menos que estava iniciando. Mas, a questão mais grave mesmo era a ocupação da terra, os municípios de... A gente levantou a princípio Município de São Francisco, Januária, aonde que esses municípios ainda possuíam muitas terras, que a gente chamava de terras devolutas, terras públicas, terras de... A gente chamava também de ausente. Pessoa que comprava terra e depois sumia, ia embora, isso muitos anos atrás. Então, essas terras eram ocupadas pelas pessoas que vinham de outras regiões e chegavam ocupavam, e ali ficar e tal, né. E nesse período, que já tinha iniciado aqui a questão do aumento da pecuária, de algumas empresas rurais, e principalmente empresas reflorestadoras, que estavam ocupando várias áreas enormes. E elas, ou elas ocupavam essa área através de pressão, de grilagem de terra ou os cartórios, muito próprio de cartório da região, fabricava documentos para que legalizasse essas terras. Então ou a empresa usava esse documento e usava até mais para conseguir financiamento nos bancos estatais, Banco do Brasil, Caixa Econômica, né, para provar que eles eram proprietários dessas terras, mas esse documento a gente sabia que se você fizesse uma perícia mais rigorosa, o documento era grilagem de terra mesmo. E assim eles entravam nas terras, e ou usava de violência, ou eles começaram a contar para os trabalhadores: “Olha, a situação está ruim, vocês vão sair daqui, vão receber salário, vão ter emprego, vão ter carteira assinada”. Muitos. Muitos, não. Alguns até aceitavam, principalmente o pessoal mais jovem, mas o pessoal que estava na terra há muitos anos, falava: “Nós, não. Nós queremos continuar aqui na terra”. E como o posseiro, ele ocupava áreas pequenas, né, porque realmente ele plantava em um lugar que chamava vereda, onde que a terra era um pouco mais... Tinha um pouco mais... Guardava um pouco da chuva, né? Então, eles plantavam ali em outras áreas, plantava basicamente milho, feijão, o pessoal chama de fava aqui, mandioca, que era uma produção que eles preferiam, que resistia um pouco a questão da seca. Então... Mas ainda assim essas empresas conseguiam ocupar grandes áreas de terra. Porque, você imagina, por exemplo, algumas fazendas que a gente atuava, tinha uma fazenda que chamava Fazenda Menino, lá no Distrito...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Em lugar de três municípios.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Lá na Serra das Araras, no Município de Arinos, São Francisco e Unaí.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Uhum.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Eram 90.000 hectares de terra. Então, os posseiros ficavam ali ocupando área pequena, área pequena, e isso criava uma condição para que as empresas entrassem, através de grileiros, através da polícia, através da pressão. Eu descobri um negócio, assim, interessante, que essa Fazenda Menino, que o suposto dono dela era um alemão, até hoje eu imaginava que podia ser um nazista, que veio fugido... E esse alemão uma vez nos convidou para ir na casa dele, morava lá no Rio de Janeiro, aí para a gente... Porque ele era uma pessoa, assim, de fala boa, tranquila, ele falava “olha, não, eu não quero mexer com o pessoal que está lá, eu sei que está lá há muito tempo, e tal, mas eu gostaria que eles agrupassem uma área só, não ficasse espalhado, porque eu quero vender aquelas terras”. E isso é uma conversa que nós tivemos lá na casa dele, no Rio de Janeiro. E eu fiquei, assim, olhando para a cara dele, e eu falei: “gente, ele está achando que nós somos um bando de caipira aqui, que coisa, né”. Eu falei: “não vou argumentar com ele, porque isso não vai resolver, né”. Você tira o pessoal daquelas posses antigas, estão lá a 40, 50 anos, e coloca numa posse nova. Ali, de imediatamente eles é expulso de lá, porque, e ainda...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Facilita a expulsão.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: O que eles garantem, o que garantia a posse deles era a longevidade, era a posse antiga, e as plantações, pés de frutas, essas coisas todas. Então, assim, se você fosse requerer uma ação, por exemplo, por usucapião, você tinha aquilo como um instrumento como prova, né.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Uhum.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Mas aí, eu falei: “mas de qualquer forma, para falar que nós não estava tentando resolver essa situação, vamos reunir com o pessoal lá na Serra das Araras” e reunimos com o pessoal e falamos: “olha, a gente foi lá, porque eles iam ter argumento que estava tentando resolver essa situação e nós não fomos. Mas, o que ele está propondo é um absurdo, ele está querendo que vocês saem da posse de vocês e agrupam ou ficam em uma posse só e tal. Isso proporciona uma retirada de imediatamente vocês da terra. Então é um absurdo.” Mas nem precisou desse argumento, o pessoal falou: “não, a gente não sai, não. Nós vamos... Isso aqui é nosso...” Então, você imagina. Aí depois entraram como reflorestador, aí...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Ele vendeu as terras.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Alguns gaúchos... Eu não sei se ele vendeu.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Ele vendeu mesmo.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Deve ter vendido, né.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Uhum.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Aí, depois quando a gente respondeu para ele que o pessoal não queria aceitar, nós recebemos um processo lá da comarca de Unaí, ele requerendo o despejo de várias famílias. E ele, assim, autor e tal, e juntou aqueles documentos que a gente sabia que não tinha valor nenhum, mas o juiz lá foi criterioso. Também o juiz sabia que aquilo ali e tal, ele estava pedindo uma liminar tal, né, e geralmente essas ações quando o juiz é ruim ele dá liminar, como deu aqui em Cachoeirinha. Dá uma liminar, despeja as pessoas todas, até que você recorre no Tribunal, leva dois, três, quatro meses, até que o pessoal volte, ali a primeira coisa que eles fazem é despejar o pessoal e destrói tudo. Tudo que tiver como prova que tinha uma posse antiga ali, eles destrói tudo.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Então o ato da destruição tinha o objetivo também de apagar a ocupação, não é?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Exatamente, é.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Para que não tivesse provas de que a pessoa residia ali.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Exatamente. Ainda que os posseiros voltassem já não tinha mais nada, não tinha plantação, não tinha casa, não tinha nada. Então ou o pessoal ali foi para outro lugar ou reconstruía tudo. Mas aí é muito mais complicado. Mas aí esse juiz lá de Unaí mandou citar os posseiros e eles levaram para nós a petição lá, e a gente imediatamente contestamos a ação. E foi fácil, porque o que a gente falou é de que a área que eles estavam reivindicando, mas isso aí eu também não sabia, mas então não vou falar isso, porque ele também não sabe, eu também não sei. Que a área que ele estava reivindicando pertenceu ao Município de São Francisco, que é uma área enorme, que a princípio teria três municípios, né? E que então, o juiz de Unaí era incompetente, a competência era a Comarca de São Francisco. O que o juiz fez? O juiz também, aí, pediu a esse alemão para ele nomear um perito para fazer o levantamento dessa área mesmo. E praticamente falou: “eu vou gastar dinheiro, eu vou jogar dinheiro aqui e não vai resolver nada”. Aí desistiu, aqui para o processo e tal, terminou. Mas foi nessa área que nós criamos uma delegacia sindical.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Em São Francisco?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Na Serra das Araras.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Na Serra das Araras.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: É, porque era um lugar muito longe, eram mais de 100 quilômetros de distância da sede em São Francisco e essa área é uma área de conflito, e a gente sabia que a gente ficou livre do alemão, mas estavam chegando outros grileiros.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Uhum. Então a primeira delegacia sindical foi na Serra das Araras, aqui na região?

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Não, a primeira que foi criada foi do lado de cá, foi na fazenda... Foi numa área perto de Brasília de Minas, mas Município de São Francisco, que lá tinha algumas questões, ali era mais mão de obra, trabalhador que não tinha carteira assinada, trabalhador que não recebia salário e tal. E a gente tinha um associado ao sindicato muito antigo, pessoa tranquila e tal, chamava Joaquim Coelho. E nós criamos lá delegacia para a gente fazer um levantamento, né, que apesar de ser uma situação que não era tão complicada, não era complicada porque não era uma situação que exigia urgência, tinha que fazer um levantamento para saber quem estava sem carteira assinada, quem estava trabalhando mais ou menos tipo trabalho escravo, carvoeira, lá tinha muita carvoeira. Então a gente pediu ao Joaquim para que ele fizesse para nós esse levantamento.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Antes da sua vinda para a Fetaemg, da gestão do Montalvão, havia essa assessoria jurídica da Fetaemg nesse sentido de atuar nos conflitos trabalhistas ou de terra?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Pois é, eu, quando eu cheguei na Fetaemg, o presidente não era o André, não, era um outro presidente, mas ele estava com um mandato, estava já vencendo o mandato dele, mas era companheiro do André, tal. E então, o André era secretário e esse trabalho de Assessoria Jurídica não tinha, primeiro é que a situação era muito difícil. Por exemplo, tinha uma pessoa lá dentro da Fetaemg que eles falavam que ele era uma pessoa que foi mandado para lá ligado a Segurança Nacional. Por quê? Porque a terra...

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: A OSNI, no caso, ou os órgãos militares?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Seria o DOPS, lá. Não, ele era um cara que ficava lá dentro, lá.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Uhum.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: A Fetaemg teve que aceitar porque o Ministério do Trabalho nomeou.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Ah, o Ministério do Trabalho nomeou essa pessoa?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: O Ministério do Trabalho nomeou, mandou, e aí, tipo assim, de um fiscal. Mas, na verdade, o pessoal tinha ele como um espião mesmo, é um cara que estava ali...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Ele atuava aonde?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Ele ficava lá dentro mesmo da sede, ficava olhando. E aí ficava lá o dia todo, e quando tinha reunião com os diretores... Isso me contaram, isso me contaram, né? E eu cheguei lá ele estava lá ainda. Que eu cheguei lá em 78, então ele estava lá ainda. E essa

pessoa, assim, se a diretoria reunia para discutir qualquer coisa, ele participava da reunião. E não tinha como impedir, não, porque ele tinha proteção desses órgãos de segurança mesmo.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Uhum. O senhor se lembra do nome dele? Porque em outros relatos nós temos essa situação de infiltrados. Vamos imaginar, talvez, Doutor Brina, o senhor se lembra de algum assim?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: É.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: A gente gostaria de saber o primeiro nome dele, na verdade, né, porque todos se lembram como Doutor Brina.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Agora, se você for lá na Fetaemg e fizer uma pesquisa lá no banco de dados lá, eles têm isso daí, deve ter tudo isso daí. Eu até poderia ter, eu até não gostava dele, não queria nem conversar com ele, mas o pessoal ficava com aquele receio, aquele pé atrás. E então quando o André assumiu a Fetaemg, essa prestação de assistência jurídica, ela praticamente só ficava ali em Belo Horizonte, alguns advogados, tinha os advogados lá. Então, assim, “olha, aconteceu uma questão lá no Jequitinhonha”, e aí o advogado saía lá, ia lá, olhava, ficava e voltava, ou às vezes encaminhava o processo e tal. Mas é um negócio muito complicado.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Isolado, né?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Isolado. Essa questão, por exemplo, de um advogado mudar para a região, isso aconteceu no mandato do André. Por quê? Primeiro é que as coisas tinham que ser muito rápidas, né? Então se criou advogado no Triângulo Mineiro, no Vale do Jequitinhonha, no Rio Doce, Norte de Minas, né, espalhou advogado. Na época tinha, eu acho que uns 10, 12 advogados pelo menos. Então essa história, ela ficou mais afetiva foi no mandato do André, e foi assim, e depois renovou mandato e tal. E essa assistência jurídica, ela teve lugar que funcionou, têm outros lugares que não funcionou, não sei porquê, mas... Entendeu?

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Entendi. Dependia muito da pessoa e do contexto também.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Por exemplo, o advogado não tem obrigação de ter uma ideologia, questão mais assim, ligado à questão de consciência de luta, não tem. O advogado, ele, a faculdade, é uma merda danada, ele sai de lá com a cabeça, assim, pior ainda, né, porque... Eu me lembro que quando eu estudava, em Uberaba, os nossos professores eram muito ruim, apesar que grande parte, quando fala ruim é assim, boa parte era juiz, delegado de polícia... Eu tinha um professor, gozado, de direito constitucional, ele era uma pessoa de uma inteligência rara, mas ele, até pouco tempo, ele trabalhava na BBC de Londres. Agora você imagina que cabeça o cara é. Então, ele falava: “não adianta, não adianta. Vocês... Olha, gente, não adianta

você achar de que há condição de igualdade, de dividir a riqueza, que não vai dividir, isso não resolve...”

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Havia uma pressão conservadora.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Exatamente, aí ele falava assim: “a lei é igual para os iguais e desigual para os desiguais”. Isso até hoje é aplicado. Eu ficava meio revoltado e falava: “não, esse cara...”. Mas isso é aplicado, né? É isso que está acontecendo.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: O senhor se lembra de outras ações de intervenção do Ministério do Trabalho, seja na Fetaemg ou em organizações de sindicatos? Infiltrados, não só agentes, mas vamos imaginar uma direção, algo assim...

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: O processo para você iniciar a fundação de um sindicato era complicado. Primeiro tinha que criar a associação. Entendeu? Que a associação não tinha poder praticamente nenhum. Aí depois você transformava aquilo em sindicato através de uma assembleia, né? E tudo isso passava sob o crivo do... Antigamente tinha a figura do delegado do trabalho, que era sediado, por exemplo, em Belo Horizonte, que eu conheci, que era um cara muito ruim. Não me lembro do nome dele... E ele era assim... Tanto é que ele era um interventor mesmo, aí então...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: E ele ficou durante todo o período da Ditadura, né?

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: O tempo todo. E gozado que ele era sogro de uma pessoa que nós gostávamos muito, do Paulo Rogêdo, que era amigo do Chico. Depois, o Paulo Rogêdo foi ser chefe do gabinete de Ronan Tito, então ficava a contradição. Antonelli Viana o delegado. Onésimo Viana lá com aquela coisa, estrutura toda lá no Ministério do Trabalho, e ele intervia no sindicato, fazendo o diabo e tal, e o Paulo que era genro dele, que a mulher do Paulo tinha uma cabeça muito boa, que era filha de seu Onésimo Viana, e a gente fica falando: “oh, Paulo o seu sogro lá está terrível”. Mas isso de acordo com, quando eu estava lá no Estado. Mas, antes disso, o Ministério do Trabalho era assim: intervia no sindicato, no processo eleitoral e tudo mais, e eles nomeavam o interventor, podia ser da própria categoria ou podia ser pessoa estranha, e ficava...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Pessoas, interventor em que sentido?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Quando tinha algumas denúncias: “ah, o sindicato está com uma linha de esquerda, e tal”, isso é bobagem, não existia. “O sindicato é isso, o sindicato está fazendo isso, o sindicato está desviando a finalidade”, aquela coisa toda. Aí o delegado mandava alguém lá e fazia um relatório, aí o delegado nomeava um interventor, e ficava lá até que organizava, ou destituía a diretoria toda, fazia lá uma nova diretoria como queria, né. E era assim. Mas o Sindicato de Trabalhadores Rurais era um pouco mais distante, às vezes, nem sempre,

passava por esse tipo de coisa, mas o processo eleitoral, para fazer eleição era complicado, porque tinha que mandar para o Ministério do Trabalho, qualquer coisinha eles anulavam o processo, e tudo. Então era...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Então atuava tanto na questão do registro dos sindicatos como nas eleições e nas próprias ações políticas?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Exatamente. E atuava, em alguns sindicatos, lá dentro do próprio sindicato mesmo.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: E o senhor se lembra de algum sindicato específico, alguma situação específica que você poderia contar?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Olha, eu, aqui nós... Isso era mais de movimento sindical urbano, né. Era mais urbano. E talvez rural também, numa região igual ao Sul de Minas ou no Triângulo Mineiro até poderia ter ocorrido. Mas, aqui na nossa região, até pelo fato de a gente está um pouco mais isolado, e a gente tinha muito cuidado com esse processo eleitoral. Entendeu? Fazia as coisas, mas às vezes até, a dificuldade que nós tínhamos, era a assembleia, para você convocar a assembleia às vezes não dava quórum, e tal, aquela coisa toda.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: E por que não dava quórum?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: É porque era, na época, o pessoal não conseguia entender a importância que era. Entendeu? Quando eles eram convocados para participar de uma eleição, ou número de associados era insignificante, e ainda assim eles deixavam de comparecer, até devido a distância de região, o sujeito ia lá para votar em um domingo, não podia e tal. Então o quórum era complicado, você tinha que marcar com bastante antecedência, e às vezes ir lá e convocar, é importante, e tal. Mas ele não era capaz de saber de que aquela eleição era importante.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: De que mudaria algo, né?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Exatamente. Mas, às vezes, quando tinha uma diretoria omissa, muito mais ligada as questões lá, aí o pessoal começava a entender. A gente falava: "olha, nós temos que ter eleição, porque nós temos que mudar esse pessoal, e só muda se vocês forem lá e votar." Então, o pessoal começou a entender esse processo eleitoral, que era importante, né.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Mas além da questão da localização e também da percepção individual dos trabalhadores rurais, no processo de organização, não só da eleição, mas vamos imaginar na criação do sindicato, na seleção de líderes, né. Havia alguma situação, o senhor se recorda, de monitoramento, vigilância por parte de agentes privados, fazendeiros ou também

agentes públicos, policiais, que havia uma certa vigilância e monitoramento, ou a própria intervenção nesses processos? Vamos imaginar assim.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Pois é, tem até uma história interessante. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Francisco, os fazendeiros, os patrões, eles foram, e eles queriam fundar o sindicato deles. Ao invés de eles procurarem a Faemg, a federação deles, eles foram na Fetaemg, e criaram o sindicato de trabalhadores rurais, eles acharam que estavam criando o sindicato deles. É uma história interessante. Aí arrumaram umas pessoas lá, aí o Marcelino, que foi o presidente do primeiro mandato do Sindicato, ele começou a ter um tipo de postura diferente. Aí o pessoal falava: “mas o sindicato daqui é nosso, do trabalhador...” Falou: “Não. Esse sindicato nós fundamos”, nós, patrões, né. “Não, esse sindicato aqui é nosso, do trabalhador rural. Vocês foram na Fetaemg”. Aí que eles foram pensar: “mas o que nós fizemos?”, né. Aí afastaram do sindicato.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Que eles mesmos criaram.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Então essa história é interessante, porque... E quando eles invadiram o sindicato, que tem uma reportagem aí...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Eles invadiram o sindicato?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: É, tem até isso na revista aí, tem uma reportagem. E eu já estava lá no sindicato.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: São Francisco?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: São Francisco. Eu lembro ser em uma tardezinha e tal, o pessoal já tinha saído, eu estava quase saindo e começou a chegar gente, começou a chegar gente, né. Eu falei: “Uai!”, aí eu falei...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Mas eles “quem” invadiram o sindicato, nisso aí qual a situação?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Vereadores, prefeito, fazendeiros, políticos de um modo geral, fazendeiro.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Uhum. Na gestão do Marcelino?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Na gestão do Marcelino. Aí eles falaram: “nós queremos falar com...”, “O presidente não está, não”. “Não, então nós queremos falar é com o senhor mesmo”. Aí eles ficaram de fora do sindicato, eu abri a porta da frente e eles ficaram de fora. Aí foi chegando gente, chegava gente a cavalo, chegava gente de carro e tal. Eu achei aquilo tão interessante, eu falei: “gente, o que esse pessoal tá querendo?” Aí eu falei: “Então...” Aí quem falou foi um líder deles, um advogado, Oscar. O Oscar foi prefeito de lá, o pai dele foi fundador praticamente da

cidade, então o pessoal era dono da cidade mesmo. E o Oscar era um advogado influente demais, porque era amigo de Humberto Souto, de Antônio Dias, o pessoal político, né. E ele então era assim, era uma pessoa que todo mundo respeitava, e tal, essa coisa toda. E ele começou a falar, ele falou: “olha, o que nós estamos querendo, falar o seguinte: o senhor está extrapolando a função, o senhor está incentivando invasão de terra, o senhor estão incentivando a assinatura de carteira de trabalho”, olha só, “o senhor está incentivando a pagamento de salário. O senhor, depois que o senhor veio para cá, o senhor trouxe aqui intranquilidade aqui no meio rural”. Eu falei assim: “o senhor está falando que antigamente essa tranquilidade era de vocês, que vocês faziam o que bem vocês entendem: não pagava salário, não assinava carteira”, até hoje acontece isso, nós não conseguimos ainda resolver essa situação. Não pagava salário, não assinava carteira, o sujeito trabalhava 10, 12 horas por dia, era trabalho escravo. Quer dizer, isso era muito bom para vocês. “Não, o senhor não é daqui, o senhor não sabe. Então aqui a gente era uma família”, falei: “A família de vocês!”, “Não, aqui era, a gente não tinha essas questões, esses conflitos, essas brigas e tal. Patrão com empregado, empregado com patrão e tal”. Eu falei: “Olha, vai ficar pior, porque a gente vai continuar”. Ele falou: “Não vai, não. Não vai, não”. Eu falei: “Pois é, então não vai”. Eu falei: “Olha, sabe o que acontece? Eu acho que vocês estão equivocados mais uma vez, porque no princípio, quando vocês quiseram fundar o sindicato aqui, acabaram fundando o sindicato dos trabalhadores. Agora eu acho que vocês deviam ir à Brasília, pedir lá ao Ministério do Trabalho para intervir ou o Governo lá ou, por exemplo, no meu caso, você ir na Ordem dos Advogados e me cassar a minha carteira e me tirar daqui. Porque o que vocês estão fazendo agora, isso foi uma agressão”. Aí eles falaram: “Bom, o recado está dado. Vamos ver o que vai acontecer amanhã”. E saíram soltando foguetes e falando assim: “O sindicato amanhã, o advogado vai embora, o sindicato vai fechar as portas, então acabou toda essa situação”.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: E aconteceu alguma coisa depois?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Aí depois a gente foi chamado na Câmara de Vereador, depois de tudo isso. Tentei explicar tudo outra vez, eu falei: “gente”. Eu falei: “Olha, vocês... Por que vocês não orientam ali as pessoas, os fazendeiros, os amigos de vocês para criar aqui o sindicato deles? Porque aí sim, aí a nossa relação, a nossa conversa vai ser muito melhor, é melhor conversar com o representante da categoria do que conversar com o que vocês fizeram lá esses dias agora. Porque não vai acabar, a gente vai acabar prestando a mesma assessoria, nós vamos continuar o mesmo trabalho, e essa pressão que vocês estão fazendo não adianta, não resolve, porque eu posso até ir embora daqui amanhã, mas vai vir outro advogado, vai vir outra

advogada, a diretoria pode sair, vai vir outra diretoria. Porque essa história de fechar sindicato, isso aí isso aí aconteceu em 1964, muitos sindicatos foram fechados, continua fechando, mas a situação está mudando, e vai mudar.” Depois disso não tivemos mais conversa, continuamos a fazer o trabalho lá, mas aí, nesse mesmo ano, nesse mesmo período, antes já tinha assassinado o...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: 78, 79?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: 78, final de 78.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Final de 78?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: É, já mais ou menos em dezembro, eles tinham assassinado o sobrinho do seu Eloy, um menino de 18 anos. Também estava de menino, por conflito de terras. E isso, assim: “Está vendo? Morreu um. Vai morrer mais”. Foi mais ou menos isso.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Foi um recado então?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Isso, era, era, a revista deve estar falando isso também. E a situação foi realmente muito pior mesmo, porque a gente enfrentou, assim, esse juiz que eu te falei para você, ele saiu da cidade do Prata, porque os meninos da escola saíram na rua protestando contra a demissão de um diretor da escola lá, não sei o que lá, e ele saiu com um Winchester, uma espingarda, dando tiros para cima na rua, e os meninos, uns desmaiavam, outros corria. Então, aconteceu... Só que lá...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: O juiz Geraldo?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: É, o juiz de direito lá, esse Doutor Geraldo Gotardo, e ele... Só que lá, os pais dos alunos, que era uma escola... Não sei se é particular ou escola pública, e a própria Ordem lá dos Advogados, pediu imediatamente que ele saísse de lá, a transferência de lá. E o juiz, a lei protege o juiz, ele sai se ele quiser. A pressão foi tão grande, e o pessoal devia ter político apoiando, e esse juiz já tinha denúncia dele, desse comportamento meio estranho. Aí, o pai dele, que eu te falei para você que era desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que tinha uma influência muito grande, eles queriam exonerar o juiz. O pai dele entrou, falou, falou. Falou: “Então vamos fazer o seguinte, ele vai ficar dois anos na Comarca de São Francisco”. Agora você imagina aonde que esse juiz foi parar. E ele chegou lá em São Francisco com aquele clima todo, aí o pessoal ficou satisfeito: “ah! Agora sim!”. E eu fiquei sabendo que ele tinha chegado, que era novidade na comarca, ia fazer dois anos que não tinha juiz lá. Eu fui no fórum, cheguei lá no cartório, o rapaz falou assim: “Olha, doutor, o juiz está aí reunindo com os advogados e tal, até perguntou pelo senhor”. Então eu falei: “Eu vou lá”.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Reunindo com qual advogado?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Com os advogados todos lá, na época tinha uns cinco, seis advogados lá, e mais representantes, vereador, prefeito, o pessoal da cidade. A cidade toda estava lá. Aí eu cheguei lá, aí o pessoal falou assim... Eu lembro que alguém falou: “É ele, doutor”, olha só. Ele falou assim: “Ah, então o senhor é que tem aqui reclamações, abaixo-assinados, que o senhor está trazendo intranquilidade, que o senhor está fazendo agitação no campo, que o senhor está jogando trabalhador contra patrão”. Eu falei: “Doutor, o senhor está sabendo disso através de quem?”, “Não, através da cidade toda.”, “Não, o senhor está sabendo disso das pessoas interessadas em fazer isso.”, “Não, não adianta. É isso que eu estou sabendo. Agora, tem uma coisa, agora tem aqui um representante da justiça aqui, eu não vou permitir que isso aconteça mais”. Aí o pessoal achou que estava bom demais, né. E ele falou assim: “E outra coisa...”, olha, ele falou isso para mim, “não adianta o senhor ajuizar ação aqui com relação a esse tipo de coisas, que eu não vou deferir nenhum processo do senhor”. Olha só a conversa dele! Eu falei: “Pois é, doutor, só que o senhor não é uma decisão final, nós temos outras instâncias e tem outras formas, né, se o senhor não aceitar, eu vou procurar outra forma, vou requerer a suspeição do senhor em processo, e tal...”.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Ele já assumiu uma ação independente da ação?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Lógico, lógico. Mas, eu continuei levando processo na justiça. Ele não tinha como indeferir, Mas, assim, “cumpra-se o despacho”, daí ficava lá o processo parado. E ele era amigo... Amigo, não, desse Antônio Luciano, com o maior grileiro de terras e o maior pedófilo que teve em Minas Gerais.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: O senhor poderia falar mais sobre as ações do Antônio Luciano em São Francisco?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Então...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Ações de violência contra trabalhadores rurais ou pressão?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Pois é, esse juiz, ele, em uma conversa... Ele estava lá em uma audiência e tal, e ele em uma conversa, ele mostrou assim: “está vendo esse ar-condicionado aqui? Foi o Doutor Luciano que me deu”, no gabinete dele, “É, Doutor Luciano que me deu, você sabe?”, e falava assim e olhava para mim, “Você sabe? Por exemplo, eu formei porque o Doutor Luciano pagou a minha faculdade.” Entendeu? É uma situação... “Então, o Doutor Antônio Luciano é uma pessoa que eu considero”, aquela coisa toda. E o Antônio Luciano, não sei se você conhece a história dele, ele era um dos homens, na época, que tinha mais poder econômico-político, que ele era dono de quase todos os cinemas de Belo Horizonte, Banco Financial era dele, Hotel Financial, ali na Afonso Pena era dele. Na Lagoa da Prata tem uma

usina de açúcar lá que era dele. E gozado é que o dinheiro lá, o dinheiro normal não circulava, era vale dele. A cidade toda recebia, ele metia vale para os trabalhadores e a cidade toda recebia aquilo. Para você ver o poder que ele tinha. E ele tinha uma equipe, tinha uma equipe de advogados que percorria Minas Gerais todinha, principalmente a região do Jequitinhonha, Mucuri, Norte de Minas, para levantar essas terras que hoje eu falei para você que chamava terra de ausente, terra devoluta, terra pública. Os advogados iam no Fórum, nesses cartórios, e começava a levantar o histórico dessas terras. Entendeu? Aqui no São Francisco, Januária, aqui mesmo em Montes Claros, entendeu? Então, ele de posse dessas informações, ele começava a acionar grileiro de terra, jagunço, Polícia Militar, Polícia Civil. Por quê? Porque ele era amigo do Secretário de Segurança, ele era amigo até de Francilene Pereira. Ele tinha um poder, assim, um poder muito mais do que de secretário, do que... Entendeu? Então, ele fazia isso, ele comandava invasão de terra, ele, por exemplo, jogava gado nas roças do pessoal. Teve um caso assim lá na Fazenda Vereda Grande, que tinha uns poceiros lá, que nós criamos também uma delegacia sindical, que lá tinha umas 80 famílias, uma área muito grande, uma área de 8.900 hectares de terra. Mas o pessoal lá resistiu, teve vezes lá que a Polícia Civil fazia voo rasante em cima da casa dos poceiros com helicóptero o dia todo. Isso comandando por ele. É lógico que não era ele, mas ele que mandava fazer. Porque do outro lado da margem do rio tinha a fazenda dele, uma fazenda, então ele queria também as terras de cá. Porque... O pessoal falava que ele tinha duas paixões na vida dele: terra e mulher. Tanto é que ele foi o maior pedófilo de Minas Gerais. Pegava as meninas filhas de trabalhador rural e levava lá para Belo Horizonte e falava: “Não, eu vou... Pode deixar que eu vou formar elas, vão ser professoras, e tal, e tal”. Aí enganava as meninas e depois jogava as meninas na rua.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: O senhor se lembra alguma situação específica, seja dessas meninas ou de violência? Gostaria de descrever mais para nós sobre o Antônio Luciano? Por exemplo, essa questão da Vereda Grande foi em qual ano?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Isso foi em 1979 a 80.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Nesse período ainda, né?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: É, ele chegou a desviar um braço do Rio Urucuia, que fazia libtações para essa fazenda, tanto as fazendas de posseiros como a fazenda dele, para inundar as lavouras do pessoal. E a gente fez a denúncia, e quem que era responsável por aquela região ali era a Polícia Florestal de Pirapora, e ria e falava: “Gente, isso é uma agressão ao meio ambiente. O cara está desviando a água do rio!” E fizemos denúncia, fizemos do jornal em Belo Horizonte, até então que a polícia foi lá e tal, e embargou a obra e acabou tudo. Então você

imagina o poder que ele tinha. E ele fazia isso, assim, cercava terra, colocava gado, expulsava o pessoal. O pessoal sabia que era o Antônio Luciano, mas ele não ia no lugar, ele tinha os jagunços, tinha grileiro e tal...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: As equipes dele.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Exatamente. E a gente sabe, e como certeza, ele foi responsável pela morte do Senhor Eloy. Porque a pessoa que matou o Senhor Eloy é um tal de Paulo, trabalhava no banco, não tinha nada a ver.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Paulo Leonardo?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Paulo Leonardo, era. E esse Paulo estava incentivando invasões de terras lá na região aonde que o Senhor Eloy morava. Só que o Senhor Eloy, ele tinha uma área de terra que era dele mesmo, ele tinha escritura da terra, ele comprou essa terra, e quando a gente conheceu ele já tinha esse problema lá, resolvemos um problema dele. Mas o problema do Senhor Eloy foi a atuação dele, a atuação segura dele. Olha, ele falava, ele tinha um cavalo, um burro, que ele saía cedo montado e percorria essa área onde tinha poceiro, levantava área por área. Então, assim, era uma pessoa que tinha um trabalho que pouca gente fazia, e a única forma de eliminar o Senhor Eloy foi matando, e nessa época eu já estava em Belo Horizonte, foi em 84, no dia 15 de dezembro de 1984, e que eu estava com viagem marcada para o Triângulo Mineiro, mas antes, uns 5, 6 dias antes, eu recebi uma carta dele, você imagina essa coisa. Eu recebi uma carta do Senhor Eloy, ele falando para mim que tinha que ir lá para a casa dele, porque ele estava...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Nós temos essa carta.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Você tem a carta, né? Essa carta estava em um processo lá de Unai. Então, eu vou só confirmar...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Não, conte sim, porque faz parte do depoimento. Continue a história.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Então essa situação, ele... Eu recebi essa carta lá em Belo Horizonte, eu li a carta mais ou menos. Como eu estava saindo de viagem, eu deixei a carta em cima da mesa e falei para uma menina ao meu lado, assim, falei: "Olha, essa carta aqui é do Senhor Eloy, ele está fazendo umas denúncias muito graves mesmo..."

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Quais denúncias graves o senhor identificou ali?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Ele dizendo que a família dele estava sendo ameaçada de morte, que os posseiros estavam sendo ameaçados, que esse grileiro Paulo Leonardo, que você lembrou bem, com outros grileiros que estavam ameaçando, e que tinha um tal de Alvinho

também, que o Eloy tinha uma questão antiga com ele lá. Que estava todo mundo lá ameaçando, não só a família dele, como o pessoal da área. Aí essa carta, ele falou para mim assim: “eu queria que o senhor encaminhasse essa denúncia” para quem de direito, né. Eu falei: “Lógico, assim que eu chegar eu vou encaminhar para o Ministério Público, sei lá, vou encaminhar para o Secretário de Justiça, eu vou fazer denúncia no jornal e a gente vai apurar esse tipo de coisa”. Aí, você tem a carta, ele deu o endereço, o nome do Paulo Leonardo, o apartamento dele em Belo Horizonte. Pois é, você imagina! Quando foi dia 30 esse Paulo Leonardo matou ele. Então, assim, a justiça não teve trabalho: “Oh, ninguém procurou, não...” Está aqui a carta aqui. Antes de morrer, ele me falou que esse Paulo Leonardo é responsável. Esse Paulo Leonardo fez o quê? Não ficou um dia preso, e por traz dele está o Antônio Luciano e outras pessoas mais.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Qual seria o vínculo do Antônio Luciano com o Paulo Leonardo basicamente?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Então, devia ser, não, era um vínculo econômico, muito dinheiro, que financiava as ações do Paulo Leonardo lá, e que o Paulo Leonardo é um testa de ferro de Antônio Luciano, para limpar para entregar para o Antônio Luciano. E que o Antônio Luciano jamais ele ia no local e tal, não, ele não precisava de ir. Então, assim, essas pessoas, ele, tipo assim: “Não, pode ir que eu garanto, não vai ter problema para você”, e como não teve mesmo. O Eloy foi morto e não aconteceu nada com o Paulo Leonardo.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Como que o senhor soube, além da sua experiência, que o Antônio Luciano que estava por trás?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Então, eu não vou falar para você aqui suposição, mas sabia que quase todos os conflitos de terra, quase todas as violências, era o Antônio Luciano que era de lá, porque ele tinha um poder muito grande, ele tinha um poder que ele podia fazer isso. Teve umas vezes que eu encaminhei algumas denúncias ao delegado de polícia lá de São Francisco, o Antônio Luciano. O delegado falou para mim assim: “Doutor, o senhor vai me desculpar, mas isso aqui eu não vou nem encaminhar porque não adianta, nem mesmo advogado ele não manda para a gente para receber denúncia. Então isso aqui, entendeu? O senhor conhece o poder que o homem tem. Não vai resolver.” E ele... Eu não sei nem se essa história é interessante, mas eu, quando fui candidato a deputado, aí o pessoal lá da fazenda...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Quando?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Isso foi em 82. E o pessoal que trabalhava lá na fazenda dele, o pessoal que trabalhava na fazenda dele, pegava os cartazes meu e pregava na casa, na casa deles e colocava lá e tal. E ele chegou lá e falou: “Olha, se amanhã tiver cartaz desse comunista

aqui, eu vou mandar todo mundo embora, não vai ficar ninguém aqui”. E o pessoal recebia salário e tal, aí o pessoal, eu falava: “Gente, tira isso, não tem problema, não. Tira esses cartazes, bobagem...” Então, assim, eu recebi uma carta dele, essa carta eu vou procurar...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Do Antônio Luciano?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: É, ele escreveu do próprio punho dele.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: O que ele escreveu para o senhor?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Pois é, ele falando de que eu estava provocando essas violências, essa situação, aquela história que o cara conta de que ele já estava providenciando umas ações, e tal. E de fato depois eu fui denunciado na Ordem dos Advogados, e aí o presidente da Ordem lá me mostrou um abaixo-assinado, eu nem sei se tinha assinatura dele, mas tinha assinatura, sim.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Qual seria o motivo da denúncia ali, a denúncia, ela fala o quê?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Exatamente isso, aquela história de o pessoal invadir o sindicato, falar aquela coisa toda, repetiu tudo aquilo, os termos todos. Que eu era um agitador, que eu era um comunista, que eu estava trazendo intranquilidade, que eu estava causando problema lá, que eu estava incentivando invasão de terras, que eu estava tomando terras dos fazendeiros e do pessoal. Isso, esse abaixo-assinado veio sobescrito por... Eu até acho assim, eu acho, não, eu tenho certeza, por exemplo, o Humberto Souto, o Antônio Dias, o pessoal aqui de Montes Claros, a Ordem dos Advogados de Montes Claros, a Subseção de Advogados lá de São Francisco. Era um abaixo-assinado com um poder político muito forte, e eu recebi essa pressão, fui na Ordem e o presidente falou: “Olha, está aqui. O pessoal está falando disso, disso, já tenho acompanhado o senhor lá, tal. E se o senhor continuar com esse tipo de atividade, eu vou cassar a carta do senhor, a carteira”. Disse assim, eu e ele só, na sala dele, e ele falando para mim.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Qual o nome do presidente na época?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Pois é, ele morreu...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Mas, e o ano?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Isso foi em 1980.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: 80.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Pois é, na Ordem, inclusive, depois de muito tempo eu recebi um jornalzinho da Ordem, já está liberado, e eu vi um discurso dele, é um discurso de esquerda mesmo. Eu falei: “Gente, não é o mesmo cara.” Ele morreu, morreu faz uns dois, três anos. Eu falei: “Gente, esse não é o sujeito que me ameaçou em 1980, esse cara aqui é um guerrilheiro”. Entendeu? Então eu falei para ele, eu falei: “olha, o senhor pode caçar a minha carteira, o

momento é propício para isso. Agora, essa história continua. Amanhã a coisa muda, e o senhor vai receber um processo, eu vou ficar não sei qual o período sem poder advogar, e tal, posso até requerer na justiça anulação, não sei, a situação está complicada, o senhor tem um abaixo-assinado aí. Agora, o senhor tem um abaixo-assinado de pessoas que sempre fizeram isso, exploraram, mataram, expulsaram, agora se o senhor pedir um abaixo-assinado do outro lado, dos trabalhadores, o senhor vai receber um abaixo-assinado completamente diferente dessa aí.”

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Mas o senhor sabe que o Antônio Luciano que providenciou?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Ah, sem dúvida. Ele falava assim: “não, ninguém liga para isso não”, mas a equipe de advogados dele fez isso. Lógico, lógico. Todas essas questões, todas, assim, exceções de algumas empresas, uma coisa toda, mas a violência maior praticada foi ele que praticou. E ele é, assim, ele, o pessoal diz que as terras dele... Eu não sei porque ele queria tanta terra, ele trazia carreta de arame para cercar terra, ele cercava terra mesmo, ele não falava que tinha um posseiro, não, mostrava esse documento fabricado em cartório. Você imagina, por exemplo, a Fazenda Vereda Grande, era até considerada, chamava de ausente, eu descobri no cartório que os antigos proprietários lá não sei quando, no século 18, 19, era a família Saad, dessa Rede Bandeirante. Aí eu ficava no caminho: “Gente, o que esse pessoal de São Paulo teve por aqui?” Entendeu? Então, assim, alguém da família deles, sei lá quem que era, foi no cartório. Foi a história do documento daquela terra da fazenda lá que fizeram. E como ele nunca se interessou por aquilo lá, ficou aquilo lá. E, assim, várias terras aconteceu isso.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: O senhor se sentiu então ameaçado, pressionado pelo Antônio Luciano ou por outras pessoas?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Olha, para te falar a verdade, o Antônio Luciano até não, porque é uma figura, ele mandava, né. Ele não era capaz de se envolver, ele pessoalmente, mas todo mundo sabia que o Antônio Luciano era o protagonista de toda essa situação. Mas eu tinha algumas questões que eu ficava preocupado, por exemplo, mas aqui em Montes Claros eu fui ameaçado de sequestro do meu filho, fui ameaçado de morte, eu fui ameaçado de invadir as terras.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Por quem?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Com certeza, eu falo com toda certeza, era o Coronel Georgino.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Ele ameaçou sequestrar seu filho?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Quer dizer, depois ele até falou que não tem nada a ver com isso. Pode ser até que a direita de Montes Claros, né, que ele apoiou. Não estou falando ele, pessoal não, o pessoal da direita que apoiou e que ele teve, de alguma forma, participação. Depois ele

falou: “não, eu... Nossa, nunca passou pela minha cabeça”. Mas até o histórico dele, o histórico dele lá de 1967, quando ele era coronel da polícia, sabia que o coronel era um homem violento.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Mas quais foram as ameaças que o senhor sofreu em Montes Claros, além do sequestro do seu filho?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Olha, o telefone lá do Sindicato dos Trabalhadores Rural de Montes Claros, que o polo jurídico depois passou a atuar aqui em Montes Claros.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: De São Francisco para o Montes Claros?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Em Montes Claros, é. O telefone tocava e, principalmente, assim, quando eu estava sozinho, o pessoal saía e eu ficava lá mexendo com processos e tal, mais tarde. O telefone tocava, aí vinha uma voz, assim, meio sinistra e falava: “Olha, nós vamos pegar seu filho”. “Olha, nós vamos jogar uma bomba na sua casa, e a gente não vai pegar você não, nós vamos pegar a sua família, você não vale nada”. Aí teve um dia que eu fui fazer uma audiência lá em Manga, e aí eu morava na Vila Guilhermina, que era próximo da rodoviária. Quando eu fui chegando, eu ficava meio temeroso, porque era noite, eu cheguei lá umas 21h00min. Aí olhei e tinha dois policiais na porta da minha casa. Aí: “o que é que foi?”, “Não, é porque a sua esposa ligou...”, na época o prefeito era o Luiz Tadeu. Não, não era o Luiz Tadeu, não. Ela ligou para o José da Conceição, que era advogado, que depois que foi deputado estadual. E o José da Conceição, a gente tinha essa relação com o Chico, com ele, e tal, essa turma, esse rapaz aqui hoje também, que ajudou a gente e tal, que trabalhava nessa área de saúde, e até o Chico deve ter lembrado dessa situação, eu não sei se minha mulher ligou para o Chico ou ligou para o José da Conceição. O José da Conceição ligou para o coronel, comandante aqui, não era o Georgino, evidentemente. Aí eles mandaram dois policiais para lá. Então, essa situação era concreta, e ela só terminou quando os trabalhadores...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Essas ameaças, elas vieram quando o senhor estava atuando em determinada situação de conflito? O que você estava fazendo nessa época?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Estava atuando com relação a toda essa situação, denunciando Cachoeirinha, aí é uma questão mais política, porque juridicamente não tinha muito o que fazer. Mas denunciando a violência no Bico da Pedra, lá pela Gurutuba que eles tiraram várias pessoas lá. Denunciando Jaíba, aonde que...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Então, eram várias...

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: A Rural Minas estava tirando o pessoal de lá. Denunciando agressão dos índios chacreakabas.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Chacreakabas?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: É, lá no Município de Itacarambi. A gente envolvia em toda essa demanda. Era denunciando a exploração da mão de obra de Bocaiuva, Usina Dolabela, então a gente pegava toda essa situação. Toda, né.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Afrânio, a gente poderá continuar essa entrevista depois, pelo horário aqui.

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Está certo.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Então a gente começa a entrevista a partir das situações. Esses casos específicos que você citou. Tudo bem?

AFRANIO OLIVEIRA E SILVA: Tudo certo. Está bom.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Obrigada.